

1 A Instituição e suas operações

A Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX, organizada sob a forma de sociedade civil, de acordo com as Leis nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, e nº 7.750, de 13 de abril de 1989, e demais disposições legais, regulamentares e disciplinadoras do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, tem por objetivo permanente: captar, incentivar e disseminar a poupança, propiciando ou facilitando a aquisição e construção de casa própria aos seus associados. A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército - FHE.

A POUPEX é uma Instituição sem finalidade lucrativa e, por esse motivo, é isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre as rendas geradas pela sua atividade fim, conforme disposto no art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. Os rendimentos e ganhos líquidos, auferidos em aplicações financeiras, são tributados exclusivamente na fonte à alíquota de quinze por cento, calculada sobre vinte e oito por cento do valor dos referidos rendimentos e ganhos líquidos, conforme disciplinado no art. 57 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

A Caderneta de Poupança POUPEX tem o processamento realizado pelo Banco do Brasil S.A. mediante convênio estabelecido entre as partes, envolvendo a abertura, a manutenção e a movimentação das contas, com o apoio da sua rede de agências e terminais representados por sua capilaridade comercial no País. Deste modo, as atividades relacionadas ao produto Poupança POUPEX são conduzidas com o apoio da estrutura física e tecnológica do Banco do Brasil S.A. e, portanto, as demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto. De acordo com o Estatuto da POUPEX, o Banco do Brasil S.A. ocupa uma cadeira de participação permanente no Conselho de Administração. Todos os associados poupadores da POUPEX possuem necessariamente conta-poupança estabelecida junto ao Banco do Brasil S.A. para fazer frente às movimentações.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

a. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A demonstração do valor adicionado (DVA), requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas, está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX em conjunto com as demonstrações contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Os pronunciamentos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e que são aplicáveis à POUPEX são os seguintes: CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico; CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro; CPC 24 – Evento Subsequente; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião de 23 de março de 2016.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil dos bens do imobilizado (nota explicativa nº 12), a provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 8), a provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (nota explicativa nº 15), valorização de instrumentos financeiros (nota explicativa nº 6), provisão para perdas do FCVS (nota explicativa nº 7) e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado segundo o critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

b. Caixa e equivalentes de caixa

O total de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados a partir da data da aplicação (nota explicativa nº 4).

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (nota explicativa nº 5).

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam nas seguintes categorias, observada a regulamentação contida na Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001. A Instituição não possui títulos mantidos para negociação na data base das demonstrações contábeis (nota explicativa nº 6).

i. Títulos mantidos até o vencimento

Inclui os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

ii. Títulos disponíveis para venda

São contabilizados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos intrínsecos reconhecidos nas demonstrações de resultado e os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido – “Ajuste de Avaliação Patrimonial – Títulos Disponíveis para Venda” – até a sua realização por venda. A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes, formais, objetivos, verificáveis e transparentes. Abaixo, apresentamos a metodologia de apreamento dos títulos disponíveis para venda:

ii.1 Fundos de investimentos

A carteira dos fundos de investimento está representada relevantemente por títulos públicos federais, debêntures e certificados de depósitos bancários e estão marcados a mercado com base em critérios definidos pela Administração do Fundo de Investimento e podem ser assim resumidos: os títulos públicos federais e as debêntures são marcados a mercado diariamente pela cotação de mercado divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e Sistema Nacional de Debêntures (SND), respectivamente. O saldo contábil do fundo de investimento é atualizado pela multiplicação da quantidade de cotas na carteira pelo valor da cota diária, recebida pelo administrador do fundo ou coletada no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

ii.2 Títulos CVS

A metodologia de precificação consiste na apuração do valor presente do fluxo de caixa futuro, descontado pela “curva de cupom de TR” divulgada diariamente pela BM&FBovespa.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados *pro rata temporis*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período. Esses títulos possuem previsão de pagamento mensal de juros e amortização de principal.

As perdas permanentes com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como resultado com títulos e valores mobiliários.

e. Relações interfinanceiras e provisão para perdas

Estão demonstrados pelo valor principal, atualizados pelas rendas e encargos incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais (nota explicativa nº 7).

Provisão para perdas sobre os créditos do SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais: A provisão para perdas relativas à opção pela novação dos créditos do FCVS, considerada suficiente pela Administração, é calculada levando em consideração o histórico de perdas informado pela administradora do fundo (Caixa Econômica Federal) durante os estágios do procedimento de novação (nota explicativa nº 7.c).

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e atualização monetária, incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). A classificação das operações com atraso superior a 14 dias são tratadas como operações em curso anormal. A norma permite a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do art. 4º, da norma citada, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 (nota explicativa nº 8).

g. Despesas antecipadas

Correspondem à parcela paga antecipadamente pelos direitos e serviços a serem recebidos, cujo benefício será incorrido em períodos futuros (nota explicativa nº 10).

h. Investimentos

Referem-se a participação societária, onde não há nenhum tipo de influência significativa, e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável (nota explicativa nº 11).

i. Imobilizado de uso

Registrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear, com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

j. Intangível

Registrado pelos gastos incorridos deduzidos da amortização acumulada, calculada mensalmente, conforme mencionado na Nota explicativa nº 13.

k. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade

Os ativos sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao *valor recuperável* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o *valor contábil* pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao *valor recuperável* é reconhecida pelo valor ao qual o *valor contábil* do ativo excede seu *valor recuperável*.

Este último é o valor mais alto entre o *valor justo* de um ativo menos os custos de venda e o *valor em uso*. Não houve indicativos de evidência de redução ao *valor recuperável* dos ativos não financeiros.

I. Ativos contingentes e provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Estão reconhecidos com base na avaliação e na estimativa de risco de perda das ações judiciais e dos processos administrativos, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível. Atualmente, não há ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis da Instituição.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, consubstanciado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (nota explicativa nº 15).

m. Demais ativos e passivos

Estão demonstrados pelo valor de custo, atualizados pelos encargos e juros incorridos até a data do balanço, com base no critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

a. Composição geral

	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	13	2.033
Caixa	12	11
Depósitos bancários	1	2.022
Aplicações interfinanceiras de liquidez/títulos e valores mobiliários	2.029.482	2.188.078
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.029.495	2.190.111

b. Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM considerados como caixa e equivalentes de caixa

Título	Emissor	31/12/2015	31/12/2014
CDI	Banco do Brasil S.A.	2.023.397	2.174.800
CDI-PÓS	Banco Daycoval S.A.	-	12.119
Fundo	BB CP Auto	77	4
Fundo	BB CP 600 mil	90	1.126
Fundo	BB CP 200	-	29
Fundo	BB CP Corporativo RF - CP 10 Milhões	5.918	-
Total		2.029.482	2.188.078

A remuneração média anualizada do 2º semestre de 2015 das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX foram as seguintes: 14,29% a.a. (11,45% a.a. no 2º semestre de 2014) para as aplicações no Banco do Brasil indexadas a Taxa Média SELIC (TMS); 11,19% a.a. (11,38% a.a. no 2º semestre de 2014) para os Fundos de Investimento administrados pelo BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BB DTVM).

Considerando o ano de 2015, a remuneração das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX foram as seguintes: 13,23% a.a. (10,84% a.a. em 2014) para valores aplicados no Banco do Brasil, indexados a TMS; 13,93% a.a. (11,32% a.a. em 2014) para aplicações indexadas ao CDI, nos demais Bancos, e 10,72% a.a. (10,83% a.a. em 2014) para os Fundos de Investimento administrados pela BB DTVM.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as aplicações interfinanceiras estão assim demonstradas:

a. Composição

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.023.397	2.186.919
Não ligadas	2.023.397	2.186.919
Classificação do Ativo		
Circulante	<u>2.023.397</u>	<u>2.186.919</u>

Vencimento em dias	<u>0-30</u>	<u>31-90</u>	<u>181-365</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
CDI-OVER	2.023.397	-	-	2.023.397	100
Total	<u>2.023.397</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.023.397</u>	<u>100</u>

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (registradas no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários na demonstração de resultados)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2015</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	134.553	248.397	204.272

6 Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os TVM estão assim demonstrados:

a. Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Vencimento em dias	31/12/2015							31/12/2014		
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total			Total		
					Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1-Títulos disponíveis para venda	126.738	-	-	5.814	132.552	131.234	(1.318)	7.448	6.478	(970)
Títulos públicos	-	-	-	5.814	5.814	4.496	(1.318)	6.227	5.257	(970)
CVS	-	-	-	5.814	5.814	4.496	(1.318)	6.227	5.257	(970)
Títulos privados	126.738	-	-	-	126.738	126.738	-	1.221	1.221	-
Cotas de Fundos	126.738	-	-	-	126.738	126.738	-	1.221	1.221	-
2-Títulos mantidos até o vencimento	16.133	112.378	201.093	424.180	753.784	753.947	163	809.321	811.269	1.948
Títulos públicos	-	-	16.498	172.109	188.607	187.810	(798)	-	-	-
NTN	-	-	16.498	172.109	188.607	187.810	(798)	-	-	-
Títulos privados	16.133	112.378	184.595	252.071	565.177	566.137	960	809.321	811.269	1.948
CRI	-	-	-	1.086	1.086	1.101	15	1.500	1.592	92
LF	6.355	109.842	148.021	68.884	333.102	333.525	423	807.821	809.677	1.856
LFS	-	-	-	82.090	82.090	82.476	386	-	-	-
LFSN	-	-	-	100.011	100.011	100.027	16	-	-	-
DPGE	9.778	2.536	36.574	-	48.888	49.008	120	-	-	-
Total	142.871	112.378	201.093	429.994	886.336	885.181	(1.155)	816.769	817.747	978

Vencimento em anos	31/12/2015				Total		31/12/2014		Total	
	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado		
	Por categoria	456.341	347.735	76.446	5.814	886.336	885.181	816.769	817.747	
1 - Títulos disponíveis para venda	126.737	-	-	5.814	132.551	131.234	7.448	6.478		
2 - Títulos mantidos até o vencimento	329.604	347.735	76.446	-	753.785	753.947	809.321	811.269		

Vencimento em dias	31/12/2015							31/12/2014		
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total			Total		
					Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por carteira	142.871	112.378	201.093	429.994	886.336	885.181	(1.155)	816.769	817.747	978
Carteira própria	142.871	112.378	201.093	429.994	886.336	885.181	(1.155)	816.769	817.747	978

	31/12/2015			31/12/2014		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por carteira	456.341	428.677	885.018	510.248	305.551	815.799
Carteira própria	456.341	428.677	885.018	510.248	305.551	815.799

b. Valor de mercado dos títulos e valores mobiliários

	31/12/2015		31/12/2014	
Por categoria				
Títulos disponíveis para venda	131.234	15%	6.478	1%
Títulos mantidos até o vencimento	753.784	85%	809.321	99%
Valor contábil da carteira	885.018	100%	815.799	100%
Marcação a mercado mantido até o vencimento	163		1.948	
Valor de mercado da carteira	885.181		817.747	

Os critérios de marcação a mercado dos títulos mantidos até o vencimento, para efeito de divulgação conforme quadros acima são os seguintes (para as demais aplicações, vide nota explicativa nº 3 d.):

Cotas de fundo de investimento

Estão representadas relevantemente por títulos públicos federais, debêntures e depósitos a prazo, cujos critérios de marcação a mercado, utilizados pelos administradores, são aqueles descritos na nota explicativa nº 3.d.

Operações prefixadas

O valor a mercado de um título pré-fixado corresponde ao valor de vencimento (valor de resgate) do título trazido a valor presente pelo fator de desconto na data base do balanço (referente à data de vencimento do título) obtido com base na curva de juros prefixadas verificada no mercado.

Operações pós-fixadas

O respectivo valor de mercado foi apurado pela variação da taxa do DI exigido para operação similar na data base do balanço.

c. Resultado bruto de operações com títulos e valores mobiliários (registrado no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários na demonstração de resultados)

	2º Semestre		Exercício	
	2015	2015	2015	2014
Títulos de renda fixa	55.663	109.087		74.479
Rendas de Fundos Mútuos de renda fixa	6.539	11.563		11.573
Perdas Permanentes	-	-		(1)
Total	62.202	120.650		86.051

d. Reclassificação de categorias dos títulos e valores mobiliários

No 2º semestre de 2015 e 2014, não foram efetuadas reclassificações de categorias dos títulos e valores mobiliários.

7 Relações interfinanceiras**a. Composição**

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Créditos vinculados	1.018.179	1.099.514
Banco Central - Recolhimentos obrigatórios	780.513	879.886
SFH - FGTS a ressarcir	264	101
SFH - Fundo de compensação de variações salariais	237.402	219.527
Principal com opção pela novação	288.879	267.230
(-) Encontro de contas - FCVS/FUNDHAB	(13.183)	(12.225)
(-) Provisão para perdas	(38.294)	(35.478)
Repasse interfinanceiros	671.661	625.045
Devedores por repasses de outros recursos	671.661	625.045
Total	<u>1.689.840</u>	<u>1.724.559</u>
Classificação do ativo		
Circulante	780.777	879.987
Não circulante	909.063	844.572
Total	<u>1.689.840</u>	<u>1.724.559</u>

b. Banco Central – Recolhimentos obrigatórios

Esta rubrica registra os valores de recolhimentos obrigatórios de depósitos de poupança na forma da Resolução CMN nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010, e Circular BACEN nº 3.093, de 1º de março de 2002. A base de cálculo da exigibilidade de encaixe obrigatório sobre recursos de depósitos de poupança corresponde à média aritmética da soma dos saldos inscritos na conta 6.2.1.00.00-3 APE – Recursos de Associados. A exigibilidade de encaixe obrigatório é apurada aplicando-se a alíquota de 24,5% (vinte e quatro e meio por cento) observado o disposto no § 5º do art. 5º da Circular citada.

c. SFH – Fundo de compensação de variações salariais

Registra as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – SFH. A novação é efetuada entre o credor e a União, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

A provisão para perdas no montante de R\$ 38.294 (R\$ 35.478, em 31 de dezembro de 2014) é calculada para fazer frente às perdas decorrentes do processo de habilitação dos créditos com cobertura pelo FCVS, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura dos riscos decorrentes da não realização de parte destes créditos, não existindo expectativa de perdas adicionais (nota explicativa nº 3.e).

Situação da carteira

	31/12/2015	31/12/2014
A habilitar (i)	35.913	33.476
Habilitados e não homologados (ii)	1.832	302
Habilitados, homologados e em discussão (iii)	32.478	29.910
Habilitados e homologados (iv)	181.845	168.472
Negativa de cobertura (v)	25.857	24.135
Outros	943	660
Total	278.868	256.955

- (i) Representa os saldos de contratos sujeitos à apreciação para serem habilitados.
- (ii) Representa os saldos de contratos habilitados junto à Administradora do FCVS que ainda não foram analisados pelo FCVS.
- (iii) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS. Há uma diferença no montante de R\$ 12.508 a menor em relação aos respectivos saldos contábeis na POUPEX, para cujos contratos estão sendo impetrados recursos com solicitação de revisão para a Administradora do FCVS, objetivando aproximar os valores apurados pelo FCVS aos da POUPEX. O referido valor de diferença encontra-se integralmente provisionado.
- (iv) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS, cujos valores apurados, com base na análise realizada, foram validados pela POUPEX.
- (v) Representa os saldos de contratos habilitados pela Administradora do FCVS que estão sem ressarcimento em decorrência da negativa de cobertura por parte do FCVS.

d. Encontro de contas – FCVS/FUNDHAB

Refere-se aos débitos relativos às contribuições trimestrais (não pagas e/ou pagas a menor) e mensais (pagas a menor) ao FCVS, a serem liquidados por prévia compensação, na forma do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, posicionada na data dos saldos devedores de responsabilidade do FCVS, objeto da novação de dívida, conforme definido nos subitens 6.1.5.1, 6.2.5.1 e 6.2.5.2 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de Compensação de Variações Salariais – MNPO/FCVS.

e. Repasse interfinanceiro

Decorre do convênio firmado com o Banco do Brasil S.A., em 26 de maio de 1998. O acordo contempla aspectos outros, de interesse recíproco, entre eles o depósito (Repasse Interfinanceiro) de percentual da captação de recursos provenientes da Poupança POUPEX, remunerado com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros – DI.

f. Resultado das aplicações compulsórias e do repasse interfinanceiro

	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
Créditos vinculados ao Banco Central (i)	35.243	68.068	57.755
Juros de encaixe obrigatório	35.243	68.068	57.755
Desvalorização de Créditos Vinculados	(1.419)	(2.816)	(1.722)
Créditos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	11.687	21.708	18.403
Resultado das aplicações compulsórias (i)	45.511	86.960	74.436
Repasse interfinanceiro (ii)	44.120	80.834	60.373
Total	89.631	167.794	134.809

- (i) Registrado no grupo resultado das aplicações compulsórias na demonstração de resultados.
(ii) Registrado no grupo operações de crédito na demonstração de resultados, de acordo com o documento nº 8 – Demonstração do Resultado – COSIF.

8 Operações de crédito**a. Composição da carteira de crédito por modalidade**

	31/12/2015	31/12/2014
Operações de crédito	1.316.731	1.059.635
Empréstimos	9.267	7.733
Empréstimo com garantia imobiliária	9.267	7.733
Financiamentos Imobiliários	1.307.464	1.051.902
Financiamentos - Habitação	1.207.970	923.757
Financiamentos - Construção	99.494	128.145
Total da carteira de crédito	1.316.731	1.059.635
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(78.584)	(67.433)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	1.238.147	992.202
Classificação do Ativo		
Circulante	264.377	237.511
Não circulante	973.770	754.691
Total	1.238.147	992.202

b. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco e segregado por crédito em curso normal e anormal e operações vencidas e vincendas:

Carteira imobiliária - Operações por curso

Operações em curso normal (*)

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2015
										Total
Vincendas										
01 a 30 dias	5.056	8.688	702	7	4	179	9	2	98	14.745
31 a 60 dias	5.010	8.529	695	7	4	177	9	2	25	14.458
61 a 90 dias	4.964	8.357	687	7	4	176	9	2	25	14.231
91 a 180 dias	14.623	89.315	2.015	21	13	519	26	6	55	106.593
181 a 360 dias	28.086	71.316	3.828	41	24	1.798	51	12	98	105.254
Acima de 360 dias	408.654	359.401	39.268	1.315	186	118.193	1.075	78	896	929.066
Vencidas										
01 a 14 dias	-	631	64	12	1	4	15	1	17	745
Subtotal	466.393	546.237	47.259	1.410	236	121.046	1.194	103	1.214	1.185.092

Carteira imobiliária - Operações por curso

Operações em curso anormal (*)

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2015
										Total
Vincendas										
01 a 30 dias	-	107	174	208	98	53	54	22	74	790
31 a 60 dias	-	107	171	206	97	52	54	22	69	778
61 a 90 dias	-	107	168	205	96	53	53	21	68	771
91 a 180 dias	-	318	500	598	286	157	157	63	199	2.278
181 a 360 dias	-	630	978	1.121	552	305	304	115	362	4.367
Acima de 360 dias	-	15.992	23.115	26.322	10.913	23.518	6.557	1.871	8.630	116.918
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	153	198	51	32	15	11	31	491
15 a 30 dias	-	242	165	107	49	18	36	4	13	634
31 a 60 dias	-	-	307	277	98	48	32	13	41	816
61 a 90 dias	-	-	-	284	105	254	26	16	38	723
91 a 180 dias	-	-	-	159	256	200	1.175	45	111	1.946
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	58	135	79	778	1.050
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	77	77
Subtotal	-	17.503	25.731	29.685	12.601	24.748	8.598	2.282	10.491	131.639
Total	466.393	563.740	72.990	31.095	12.837	145.794	9.792	2.385	11.705	1.316.731

Carteira imobiliária - Operações por curso
Operações em curso normal (*)

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2014
										Total
Vincendas										
01 a 30 dias	3.341	7.166	212	12	1	473	2	-	12	11.219
31 a 60 dias	3.407	43.579	209	11	1	326	2	-	12	47.547
61 a 90 dias	3.287	12.498	206	11	1	737	2	-	12	16.754
91 a 180 dias	71.937	23.389	603	31	3	1.597	5	-	34	97.599
181 a 360 dias	18.740	36.618	1.144	62	5	1.367	9	-	60	58.005
Acima de 360 dias	290.696	309.600	22.274	1.299	68	115.030	57	-	768	739.792
Vencidas										
01 a 14 dias	-	549	37	16	-	7	-	-	2	611
Subtotal	391.408	433.399	24.685	1.442	79	119.537	77	-	900	971.527

Carteira imobiliária - Operações por curso
Operações em curso anormal (*)

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2014
										Total
Vincendas										
01 a 30 dias	-	89	150	151	41	42	57	17	42	589
31 a 60 dias	-	89	149	147	40	42	33	17	41	558
61 a 90 dias	-	89	146	147	40	41	33	17	40	553
91 a 180 dias	-	265	431	433	117	122	97	49	119	1.633
181 a 360 dias	-	525	815	829	227	1.207	188	90	219	4.100
Acima de 360 dias	-	10.504	18.196	15.179	3.782	18.950	2.825	3.148	3.895	76.479
Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	132	118	24	16	17	6	14	327
15 a 30 dias	-	178	117	82	21	444	4	3	20	869
31 a 60 dias	-	-	249	202	45	30	17	8	23	574
61 a 90 dias	-	-	-	198	46	27	20	9	29	329
91 a 180 dias	-	-	-	70	101	234	60	33	86	584
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	38	80	187	1.075	1.380
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	65	-	-	68	133
Subtotal	0	11.739	20.385	17.556	4.484	21.258	3.431	3.584	5.671	88.108
Total	391.408	445.138	45.070	18.998	4.563	140.795	3.508	3.584	6.571	1.059.635

(*) Fluxo classificado por faixa de vencimento dos financiamentos e atraso contado a partir da prestação mais antiga em atraso.

c. Receitas de operações de crédito (registradas no grupo operações de crédito na demonstração de resultados)

	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
Empréstimos e títulos descontados	638	1.146	369
Financiamentos	86.571	156.573	130.164
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.743	3.895	6.526
Total	89.952	161.613	137.059

d. Composição da carteira por atividade econômica

	31/12/2015	31/12/2014
Setor privado	1.316.731	1.059.635
Indústria	1.639	1.819
Habitação	1.315.092	1.057.816
Total	1.316.731	1.059.635

e. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco:

Nível de risco	% Provisão	31/12/2015		31/12/2014	
		Valor das Operações	Valor da Provisão	Valor das Operações	Valor da Provisão
AA	-	466.393	-	391.408	-
A	0,5	563.740	2.819	445.138	2.225
B	1	72.990	730	45.070	451
C	3	31.095	933	18.998	570
D	10	12.837	1.284	4.563	456
E	30 (*)	145.794	54.548	140.795	52.897
F	50	9.792	4.896	3.508	1.754
G	70	2.385	1.669	3.584	2.509
H	100	11.705	11.705	6.571	6.571
Total		1.316.731	78.584	1.059.635	67.433

(*) Por determinação do Banco Central do Brasil, na data-base de 31 de maio de 2013, a POUPEX reclassificou os contratos “desequilibrados” que se encontravam nos níveis “AA” até “D” para o nível “E” tendo em vista a aplicação de percentual médio histórico de descontos concedidos pela Administração da Instituição sobre os contratos desequilibrados. Além disso, ainda de acordo com a determinação do Banco Central do Brasil, os contratos “desequilibrados” classificados nos níveis de risco “F” a “H” foram reclassificados para o nível de risco “E”, desde que não apresentassem atraso que justificasse a permanência nesses níveis de risco, observadas as determinações do inciso I e do § 2º do art. 4º da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

f. Movimentação das contas de provisões sobre operações de liquidação duvidosa e créditos baixados como prejuízo

	2º Semestre		Exercício	
	2015	2015	2015	2014
Saldo no início	(70.649)	(67.433)	(68.212)	
Transferências para prejuízo	12.310	25.822	45.394	
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(13.961)	(27.251)	(46.610)	
Provisão constituída líquida de reversões	(6.284)	(9.722)	1.995	
Saldo no final	(78.584)	(78.584)	(67.433)	
Classificação no ativo				
Circulante	(6.370)	(6.370)	(5.853)	
Não circulante	(72.214)	(72.214)	(61.580)	
Total	(78.584)	(78.584)	(67.433)	

g. Outras informações**Contratos desequilibrados**

A carteira de crédito da POUPEX possui na data base de 31 de dezembro de 2015 o montante aproximado de R\$ 147.021 (R\$ 142.771, em 31 de dezembro de 2014) de saldo devedor de contratos de operações de financiamento imobiliário com característica de desequilíbrio financeiro, ou seja, contratos em que a soma das prestações vinculadas às operações não são suficientes para a amortização integral do saldo devedor, remanescendo, ao final da operação, parcela a amortizar, em razão de situações impostas por legislação. A provisão sobre o montante da parcela chamada “desequilibrada” obedece à determinação do Banco Central do Brasil.

Quando computadas as operações em prejuízo com característica de “desequilíbrio”, o estoque de saldo em 31 de dezembro de 2015 passa a ser de R\$ 217.418 (R\$ 220.052, em 31 de dezembro de 2014). O montante da provisão em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 59.350 (R\$ 56.320, em 31 de dezembro de 2014).

A provisão para os créditos classificados no Nível E é de 37,75%, conforme determinação do Banco Central. A provisão dos demais níveis é calculada de acordo com os percentuais definidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

9 Outros créditos**a. Composição do grupamento**

	31/12/2015	31/12/2014
Rendas a receber	201	150
Diversos	52.831	61.190
Adiantamento e antecipações salariais	2.601	1.962
Adiantamentos para pagamento de nossa conta	215	298
Devedores por compra de valores e bens	-	589
Devedores por depósitos em garantia	4.840	3.654
Pagamentos a ressarcir	1.506	1.397
Devedores diversos - País	43.669	53.290
Total	53.032	61.340

Classificação do ativo		
Circulante	47.154	56.654
Não circulante	5.878	4.686
Total	53.032	61.340

Rendas a receber

Registra os juros sobre capital próprio e os dividendos a receber provenientes de investimentos.

Adiantamentos e antecipações salariais

Registra os adiantamentos e antecipações concedidos aos empregados da Instituição.

Adiantamentos para pagamento de nossa conta

Registra os adiantamentos concedidos a empregados, Agências, Escritórios Regionais e Postos para despesas administrativas.

Devedores por depósitos em garantia

Registra os depósitos decorrentes de exigências legais para interposição de recursos trabalhistas, mutuários e outros.

Pagamentos a ressarcir

Refere-se a valores a serem ressarcidos à Instituição referentes a seguros, programa de apoio à educação e outros.

Composição - Devedores diversos – País

	31/12/2015	31/12/2014
Sistema PEX – Valores transitórios	-	13.552
Consignações a receber de terceiros	12.511	11.115
Complemento de prestações a receber	3.214	2.944
Valores a receber da FHE	27.692	25.454
Outros	252	225
Total	43.669	53.290

Sistema PEX – Valores transitórios

Refere-se a valores de poupança que ainda não sensibilizaram a conta de poupança da Instituição.

Consignação a receber de terceiros

Refere-se a valores consignados de prestações imobiliárias e de prêmio de seguro que ainda não sensibilizaram a conta corrente da Instituição.

Complementos de prestações a receber

Registra a diferença apurada entre os valores devidos e os valores pagos das prestações imobiliárias pelos mutuários.

Valores a receber da FHE

Registra o valor de responsabilidade da Fundação Habitacional do Exército sobre o custo de pessoal da POUPEX e de processamento de dados.

10 Outros valores e bens**a. Composição**

	31/12/2015	31/12/2014
Outros valores e bens	3.225	570
Bens não de uso próprio	2.954	760
Material em estoque	528	73
(-) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(257)	(263)
Despesas antecipadas	10	267
Total	3.235	837
Classificação do ativo		
Circulante	538	340
Não circulante	2.697	497
Total	3.235	837

Bens não de uso próprio

Registra os bens de propriedade da Instituição, recebidos em dação em pagamento, arrematação ou adjudicação de financiamentos habitacionais.

Material em estoque

Registra o valor de material de expediente adquirido para estoque.

Despesas antecipadas

Registra os pagamentos antecipados de seguros e garantias estendidas.

Provisão para desvalorização de outros valores e bens

Registra o valor da provisão da não venda dos bens registrados na conta “bens em regime especial” após esgotados os prazos regulamentares de prorrogação e leilão.

11 Investimentos

Refere-se à participação acionária de 9,0905% na Companhia Brasileira de Securitização – CIBRASEC, no valor de R\$ 7.810, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014. A POUPEX não possui nenhum tipo de influência significativa nessa investida.

Não houve indícios ou evidências de que os investimentos estão registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável.

O montante apropriado de juros referente à participação acionária na CIBRASEC, em 31 de dezembro de 2015, foi de R\$ 319 (R\$ 208, em 31 de dezembro de 2014).

12 Imobilizado de uso

Imobilizado	Taxa de depreciação - %	Custo	Depreciação	Exercício	
				2015 - líquido	2014 - líquido
Móveis e equipamentos em estoque	0	2.191	-	2.191	-
Edificações	4	6.322	(1.157)	5.165	5.418
Móveis e equipamentos em uso	10	5.275	(2.277)	2.998	2.849
Sistema de comunicação	20	750	(338)	412	344
Sistema de processamento de dados	20	26.293	(14.050)	12.243	7.223
Sistema de transportes	20	890	(143)	747	408
Total		41.721	(17.965)	23.756	16.242

	Exercício 2015				
	Saldo inicial 31/12/2014	Aquisições	Baixas/ Transferência	Depreciação	Saldo final 31/12/2015
Móveis e equipamentos em estoque	-	2.191	-	-	2.191
Edificações	5.418	-	-	(253)	5.165
Móveis e equipamentos em uso	2.849	617	(27)	(441)	2.998
Sistema de comunicação	344	224	(27)	(129)	412
Sistema de processamento	7.223	8.612	(16)	(3.576)	12.243
Sistema de transporte	408	806	(300)	(167)	747
Total	16.242	12.450	(370)	(4.566)	23.756

	Exercício 2014				
	Saldo inicial 31/12/2013	Aquisições	Baixas/ Transferência	Depreciação	Saldo final 31/12/2014
Móveis e equipamentos em estoque	5	5	(10)	-	-
Edificações	5.671	-	-	(253)	5.418
Móveis e equipamentos em uso	2.315	982	(71)	(377)	2.849
Sistema de comunicação	282	139	(2)	(75)	344
Sistema de processamento	4.603	4.620	(6)	(1.994)	7.223
Sistema de transporte	501	45	-	(138)	408
Total	13.377	5.791	(89)	(2.837)	16.242

O índice de imobilização na POUPEX em relação ao patrimônio de referência é de 6,59%, em 31 de dezembro de 2015 (5,35%, em 31 de dezembro de 2014), sendo o limite máximo de 50% definido pelo BACEN.

Considerando, ainda, as orientações contidas no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos – e, após avaliação realizada pela área responsável, inferiu-se que não houve, neste exercício, indícios ou evidências de que os ativos imobilizados estão registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável.

13 Intangível

Refere-se a aquisição de licenças de uso de softwares e de sistemas. A amortização é efetuada no prazo de 36 a 60 meses.

	Exercício 2015				Saldo Final 31/12/2015
	Saldo inicial 31/12/2014	Adições	Baixas	Amortização	
Licenças de uso Softwares e Sistemas	10.861	11.058	-	(2.248)	19.671
Exercício 2014					
	Saldo inicial 31/12/2013	Adições	Baixas	Amortização	Saldo Final 31/12/2014
Licenças de uso Softwares e Sistemas	9.336	6.744	(2.863)	(2.356)	10.861

14 Depósitos a prazo

As obrigações inscritas em "Depósitos a Prazo", no valor de R\$ 609.191, em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 594.349, em 31 de dezembro de 2014) compreendem os Depósitos Especiais, compostos pelo Fundo das três Forças: Marinha, Aeronáutica e Exército (remuneração é vinculada à taxa DI) e da Fundação Habitacional do Exército – FHE (remunerado pela TR mais juros de 6,5% a.a). Esses recursos são depositados nos termos dos arts. 13 a 15 da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. Esses depósitos não possuem prazo de vencimento e sua liquidez é diária.

	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
Despesas de captação	34.253	62.497	51.515
Depósitos especiais	34.253	62.497	51.515

Despesas de captações com depósitos especiais: (registradas no grupo resultado de operações com captações no mercado na demonstração de resultados).

15 Outras obrigações

	31/12/2015	31/12/2014
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	20	-
Fiscais e previdenciárias	32.977	46.841
Diversas	113.692	59.363
Total	146.689	106.204

a. IOF

Registra os impostos sobre operações financeiras incidentes sobre empréstimos e financiamentos de imóveis comerciais e outros. O montante em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 20.

b. Fiscais e previdenciárias

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Impostos e contribuições a recolher	10.671	8.733
Provisão para riscos fiscais	22.306	38.108
Total	<u>32.977</u>	<u>46.841</u>

b.1. Impostos e contribuições a recolher

Registra os tributos devidos pela Instituição ou retidos na fonte.

b.2. Provisões para riscos fiscais

Diante da declaração de inconstitucionalidade do § 1º, do art. 3º, da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, pelo STF, no julgamento do RE nº 390.840-5/MG, foi requerida judicialmente a aplicação dos seus efeitos à POUPEX. Adicionalmente, a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, no art. 79, item XII, revogou esse dispositivo. O pleito encontra-se pendente de julgamento de Recurso Especial perante o Superior Tribunal de Justiça.

Os valores provisionados, observado o prazo de prescrição, e não recolhidos dos tributos relativos à COFINS e ao PIS, com os respectivos acréscimos legais, atingiram em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 22.306 (R\$ 38.108, em 31 de dezembro de 2014).

A POUPEX solicitou no requerimento acima a restituição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, eventualmente recolhidos, ou recolhidos a maior, ou sua compensação com quaisquer tributos ou contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal, caso a decisão seja favorável a esta Instituição.

Os créditos tributários recolhidos, atualizados pela taxa SELIC, referentes à COFINS perfazem o montante de R\$ 95.768 e ao PIS o de R\$ 8.547. Estes valores referem-se a contingências ativas e, por este motivo, não estão registrados no ativo da POUPEX.

c. Diversas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Obrigações com vendedores de imóveis/financiados (c.1)	33.924	11.188
Obrigações por contribuições ao SFH (c.2)	1.434	1.391
Provisão para pagamentos a efetuar (c.3)	40.323	32.717
Provisão para passivos contingentes (c.4)	25.146	5.714
Recursos do FGTS para amortização de financiamentos	487	401
Parcelas de prêmios de seguros diversos a repassar	584	566
Valores transitórios - Sistema PEX (c.5)	4.705	-
Encargos e amortizações recebidas - Financiamentos	2.159	1.534
Valores sob análise – SICOM	1.621	1.678
Valores a repassar a construtoras	454	2.022
Outros credores	2.855	2.152
Total	<u>113.692</u>	<u>59.363</u>

c.1. Obrigações com vendedores de imóveis/financiados

Registra as importâncias a serem liberadas aos mutuários de acordo com o cronograma da obra referente ao financiamento para construção e a pessoas físicas e jurídicas que venderam imóveis financiados pela Instituição.

c.2. Obrigações por contribuições ao SFH

Registra o valor das contribuições mensais e trimestrais devidas ao Sistema Financeiro da Habitação.

c.3. Provisão para pagamentos a efetuar

Registra os valores relativos a despesas de pessoal, custo por processamento e despesas por competência do mês, devidas aos fornecedores.

c.4. Provisão para riscos trabalhistas e cíveis

A composição dos saldos das provisões é a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Passivos trabalhistas	2.069	365
Poupança	3.704	3.394
Financiamento imobiliário - Ações judiciais	19.265	1.896
Outros	108	59
Total	25.146	5.714

Em 2015 houve uma evolução do saldo de Financiamento Imobiliário – Ações Judiciais em razão de uma ação ajuizada pela massa falida da Construtora Campanário em desfavor da POUPEX. Os últimos julgamentos realizados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) indicam uma probabilidade alta de malogro na lide e, por esta razão, a POUPEX avaliou o grau de risco dessa ação como provável e constituiu provisão conforme previsto pelo Pronunciamento Técnico CPC 25.

i. Movimentação das provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Contingências	Saldo em 31/12/2014	Movimentação no exercício		Saldo em 31/12/2015
		Entradas	Saídas	
Trabalhistas	365	2.105	(401)	2.069
Cíveis	5.349	18.695	(967)	23.077
Total	5.714	20.800	(1.368)	25.146

Contingências	Movimentação no exercício			Saldo em 31/12/2014
	Saldo em 31/12/2013	Entradas	Saídas	
Trabalhistas	318	460	(413)	365
Cíveis	3.748	2.809	(1.208)	5.349
Total	4.066	3.269	(1.621)	5.714

ii. Comentários sobre a natureza das provisões de riscos trabalhistas e cíveis

ii.1 Provisão para riscos trabalhistas

Objeto das ações trabalhistas: horas extras e reflexos, diferenças de verbas rescisórias, indenização por dano moral, restituição de descontos de seguro e previdência privada.

ii.2 Provisão para riscos cíveis

A Provisão para Riscos Cíveis está representada por ações ordinárias revisionais de contratos de financiamento imobiliário, ações de consignação e cobrança de expurgos inflacionários de poupança.

d. Passivos contingentes – Risco possível

As demandas classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009. As demandas são classificadas como possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Instituição.

	Quantidade	31/12/2015	Quantidade	31/12/2014
Condomínio	3	23	3	19
Crédito Imobiliário	533	2.443	583	11.848
Empréstimo Simples	21	166	21	102
Fundo de Apoio Moradia - FAM	3	101	3	73
Material de Construção	6	11	8	133
Poupança	63	1.041	61	718
Trabalhista	9	869	4	122
Outros	2	31	1	4
Total	640	4.685	684	13.019

Ações – Condomínio

Representam pedidos de pagamento de taxas condominiais vencidas e não pagas pelos mutuários, realização de obras dentro dos condomínios e pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

Ações - Crédito imobiliário

Representam pedidos de revisão de sistema de amortização, índices, recálculo do saldo devedor, aplicação de juros simples, repetição de indébito, não inclusão do nome do mutuário nos órgãos de proteção de crédito, não promover execução extrajudicial, aplicação do Plano de Equivalência Salarial - PES, substituição da TR pelo INPC, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Empréstimo Simples, FAM (produtos da FHE)

Objeto das ações: revisão de contrato, sistema de amortização, nulidade de cláusulas (do seguro de proteção financeira e vencimento antecipado), indenização relativa ao seguro pela invalidez, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, e pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Material de construção

Objeto das ações: revisão no valor da dívida, exclusão de juros superiores a 12% ao ano, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações – Poupança

Objeto das ações: diferenças relativas aos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e II).

c.5. Valores transitórios - Sistema PEX –

Registram transitoriamente os valores de poupança que sensibilizarão a conta de poupança no dia seguinte.

16 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da POUPEX é composto dos seguintes itens:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Patrimônio líquido	5.188.039	5.118.049
Recursos de associados poupadores	4.409.980	4.465.636
Reservas de Resultados	779.377	653.383
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.318)	(970)

a. Recursos de associados poupadores

Representa os recursos captados por meio da Poupança POUPEX, conforme convênio firmado com o Banco do Brasil e referido na nota explicativa nº 1. Segundo as normas do Banco Central, os depósitos dos poupadores são registrados no grupamento do Patrimônio Social e não no Passivo Exigível por se tratar de Instituição de Associação de Poupança e Empréstimo - APE.

	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
Despesas de captação	175.081	330.610	279.011
Depósitos de Poupança	171.781	324.040	272.805
FGC	3.300	6.570	6.206

Despesas de captações com depósitos de poupança (registradas no grupo resultado de operações com captações no mercado na demonstração de resultados)

b. Reservas de resultados

Trata-se de reserva estatutária cuja finalidade é a de atender a possíveis emergências de ordem financeira e a de compensar as aplicações no imobilizado. O Conselho de Administração por meio da Resolução nº 002/01 limitou essa reserva a 30% do valor da poupança. Sua constituição ocorre somente por ocasião do encerramento do exercício, conforme previsto no Estatuto da POUPEX.

c. Ajuste de avaliação patrimonial – TVM

Representa a variação da marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda.

17 Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados

a. Outras receitas operacionais

	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
Recuperação de encargos e despesas	2.376	5.064	3.412
Reversão de imposto de renda	674	1.434	1.327
Reversões de ações judiciais	1.221	1.517	1.312
Reversões PIS e COFINS	11.153	18.328	-
Outras Reversões	302	303	1.805
Outras rendas	254	918	436
Total	15.980	27.564	8.292

b. Despesas de pessoal

	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
Salários	29.472	55.835	43.117
Benefícios	5.455	10.681	9.308
Encargos sociais	12.630	25.537	18.828
Treinamentos/estagiários	793	1.384	1.349
Total	48.350	93.437	72.602

c. Outras despesas administrativas

	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
Despesas de água	30	60	53
Despesas de aluguel	25	103	455
Despesas de comunicação	884	1.703	1.661
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.721	2.629	2.005
Despesas de material	668	1.018	660
Despesas de processamento de dados	2.608	4.938	4.701
Despesas de promoções e relações públicas	1.374	2.246	1.813
Despesas de propaganda e publicidade	2.768	4.868	4.911
Despesas de publicações	332	480	256
Despesas de serviços do sistema financeiro	3.225	6.531	6.184
Despesas de serviços de terceiros	2.630	3.576	806
Despesas de serviços de vigilância e segurança	12	24	121
Despesas de serviços técnicos especializados	2.740	4.273	3.480
Despesas de transporte	211	423	393
Despesas de viagens	409	771	613
Despesas judiciais	1.891	2.341	1.271
Despesas com uniformes	68	181	503
Despesas de fretes	52	114	114
Despesas de copa e cozinha	194	345	304
Despesas de consignação	311	633	528
Despesas de depreciação/amortização	3.153	6.814	5.193
Outras	267	267	251
Total	25.573	44.338	36.276

d. Despesas tributárias

	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
IPTU	-	26	22
ITBI	-	-	5
Imposto de renda	4.658	8.789	6.394
IOF	215	416	336
Taxas	12	56	40
ISS	138	229	167
COFINS	6.904	12.665	9.498
PIS	1.122	2.058	1.543
Atualizações	1.356	2.526	2.535
Total	14.405	26.765	20.540

e. Outras despesas operacionais

	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
Retomada de imóveis	743	1.581	892
Contribuições para associações	101	201	185
Atualizações diversas	829	1.047	369
Despesas com ações judiciais	18.456	19.382	4.212
Resíduos prestação/amortização/seguros	308	378	102
Descontos concedidos em renegociação	4.137	9.313	5.296
Despesas com juros de mora e multas	-	-	87
Despesas de contribuição ao SFH	533	986	1.035
Provisões para perdas com FCVS	17	164	456
Prejuízo com financiamento/sinistro	253	484	354
Outras provisões operacionais	1.601	2.530	430
Complemento/Devolução prestações	-	-	3.229
Despesas com imóveis de terceiros	1.851	2.883	2.285
Outras	706	1.347	182
Total	29.535	40.296	19.114

f. Resultado não operacional

	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
Resultados na alienação de valores e bens	1.576	2.104	3.493
Perda líquida de capital	4	19	72
Prejuízos na alienação de valores e bens/permanente	(51)	(68)	(88)
Despesas com provisões não operacionais	(9)	(9)	-
Total	1.520	2.046	3.477

18 Partes relacionadas

A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército – FHE, nos termos da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. Nos termos da referida lei, os Administradores da POUPEX são cedidos e designados pela Fundação Habitacional do Exército e pagos por esta com base na sua tabela de remuneração (Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, art. 1º § 2º, e art. 3º). Os dirigentes da FHE não recebem qualquer tipo de remuneração da POUPEX pelo desempenho das correspondentes funções que acumuladamente nela exercem.

A POUPEX não concede empréstimos ao pessoal-chave da Administração, em conformidade à proibição a todas as instituições financeiras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. As transações com os Administradores estão restritas à manutenção de contas de poupança.

Divulgamos a seguir as transações existentes com a FHE:

- a. Ressarcimento de custos: a POUPEX executa uma série de atividades para a sua gestora Fundação Habitacional do Exército (FHE). Em decorrência da execução dessas atividades, a Associação é ressarcida mensalmente dos custos incorridos com a disponibilização de pessoal e de recursos de processamento eletrônico, na proporção de 64,59% e 91,00%, respectivamente. No exercício de 2015, o montante de ressarcimento foi de R\$ 195.388 (R\$ 153.577, no exercício de 2014).
- b. Depósitos – No grupo de depósito a prazo registra-se os depósitos especiais da FHE remunerados pela TR mais 6,5% ao ano, cujo encargo totalizou, no exercício de 2015, R\$ 7.932 (R\$ 10.875, no exercício de 2014).
- c. Cessão de Crédito – Financiamentos cessão de crédito – Referem-se a financiamentos cedidos. A FHE efetuou operação de cessão de crédito à POUPEX no valor contábil de R\$ 184.969, no exercício de 2015. Esses créditos decorrem de contratos para aquisição de material de construção e foram cedidos pelo valor contábil, registrados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A transferência abrangeu apenas créditos adimplentes. O risco da operação é de responsabilidade da POUPEX, sendo as provisões calculadas e registradas em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Os saldos patrimoniais e de resultado das operações com a Fundação Habitacional do Exército - FHE estão assim resumidos:

Contas patrimoniais

	31/12/2015				31/12/2014			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Ressarcimento:	27.692	-	-	-	25.454	-	-	-
Folha de pessoal	25.868	-	-	-	23.030	-	-	-
Custo de processamento	1.824	-	-	-	2.424	-	-	-
Depósito especial	-	-	68.085	-	-	-	130.746	-
FHE	-	-	68.085	-	-	-	130.746	-
Total	27.692	-	68.085	-	25.454	-	130.746	-

Contas de resultado

	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
Ressarcimento pessoal	90.338	171.738	131.806
Ressarcimento TI	13.557	23.650	21.771
Encargos de captação	(3.834)	(7.932)	(10.875)

As transações com a Instituição de previdência complementar estão divulgadas na nota explicativa nº 19.

19 Benefício a empregados (fundo de pensão)

a. Descrição geral das características do plano

O Plano Misto de Benefícios POUPREV estrutura-se na modalidade de Contribuição Variável, sendo Contribuição Definida para os benefícios programados a conceder e Benefício Definido para os benefícios de risco a conceder. Os benefícios concedidos são vitalícios.

O Plano é patrocinado pela POUPEX - Associação de Poupança e Empréstimo, patrocinador principal e pela POUPREV - Fundação de Seguridade Social, a qual é a administradora e executora do Plano de benefícios em epígrafe, com início em abril de 2000.

Características	Plano Misto de Benefícios POUPREV
Modalidade (consoante à Resolução MPS/CGPC16/2005)	Contribuição Variável - CV
Situação	Ativo/Em funcionamento
Patrocinadores	POUPREV - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL e ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO POUPEX
Tipo de Patrocínio	Lei Complementar 109/2001
Quantidade de Grupo de Custeio	1 (um)
Texto Regulamentar vigente	Última alteração aprovada por meio da Portaria MPS/SPC nº 2.191, de 8 de abril de 2008.

São assegurados pelo Plano os seguintes benefícios:

- Renda de Aposentadoria
- Renda de Aposentadoria por Invalidez
- Renda de Pensão por Morte
- Renda de Abono Anual

Atualmente, as contribuições destinadas à cobertura dos benefícios de risco são de responsabilidade exclusiva da Patrocinadora. No entanto, conforme previsto no artigo 47 do Regulamento do Plano, os Participantes Ativos também são responsáveis pela cobertura dos benefícios de risco.

O Plano Misto de Benefícios POUPREV, no que se refere aos montantes de obrigações e ativos justos, estava assim configurado em 31 de dezembro de 2015.

b. Avaliação atuarial do benefício pós-emprego

A Avaliação Atuarial do Benefício Pós-Emprego consiste em dimensionar o compromisso e o respectivo custo atuarial gerado pelo Plano Misto de Benefícios POUPREV, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), para o 2º semestre de 2015, considerando os dados e informações disponibilizadas, bem como as hipóteses e parâmetros atuariais definidos pela POUPEX, consubstanciados nos estudos de *Duration* do Passivo, previamente dimensionado pela WEDAN, bem como na análise técnica atuarial das demais hipóteses aplicáveis.

b.1 Estatística Descritiva Populacional

Discorreremos, a seguir, sobre a verificação das estatísticas descritivas da massa populacional (participantes, aposentados e pensionistas) vinculada ao Plano Misto de Benefícios POUPREV na data base de 30/11/2015, utilizada nesta Avaliação Atuarial, comparativamente, aquela utilizada na Avaliação anterior, que estava posicionada em 31/05/2015:

Estatística populacional	31/12/2015	31/12/2014
Participantes Ativos	1.248	1.206
Idade Média (anos)	40	40
Participantes Autos patrocinados	5	-
Idade Média (anos)	34	-
Participantes em BPD	1	-
Idade Média (anos)	69	-
Aposentados Válidos	17	12
Idade Média (anos)	69	70
Aposentados Inválidos	11	11
Idade Média (anos)	60	59
Pensionistas (número de beneficiários)	13	9
Idade Média (anos)	45	56

b.2 Análise da qualidade da base cadastral

A qualidade de base cadastral utilizada para fins das Avaliações Atuariais é fundamental para a obtenção de obrigações atuariais eficientes e não tendenciosas, sendo a análise desta imperiosa para a mitigação da volatilidade de resultados.

A base cadastral posicionada em **30/11/2015** foi submetida à análise de consistência e suficiência, conforme critérios técnicos pertinentes, sendo que após ratificações da Entidade administradora, julgadas válidas e exatas para fins de Avaliação Atuarial.

b.3 Apuração de *Duration* do passivo

Uma vez validada a base cadastral, a WEDAN promoveu a apuração da *Duration* (duração) do passivo do Plano Misto de Benefícios POUPEX, considerando as Hipóteses e Premissas Atuariais adotadas na Avaliação Atuarial, resultando no valor de **13,58** pontos.

Considerando o valor da *Duration* calculada, promovemos a ponderação financeira entre dois títulos com pontuação análoga, conforme informações disponíveis na ANBIMA, em 31 de dezembro de 2015, auferindo a Taxa Real de Juros em **7,22%** ao ano a ser utilizada na presente Avaliação Atuarial.

c. Hipóteses e premissas atuariais

As Hipóteses e Premissas Atuariais correspondem a instrumentos financeiros, estatísticos e demográficos utilizados pelos atuários para medir o valor presente das obrigações e deveres futuros, considerando desde as probabilidades decrementais (eventos de morte, sobrevivência, morbidez, invalidez e desligamento), até a expectativa de rentabilidade futura, projeções salariais, ambiente inflacionário, dentre outros, observado o que determina o Pronunciamento CPC 33 (R1).

Os cálculos atuariais inerentes a um plano de benefícios regido com características de Benefício Definido - BD têm como base as Hipóteses e Premissas Atuariais, que envolvem, independentemente do método atuarial de capitalização

utilizado, projeções futuras acerca dos parâmetros acima elencados, devendo estes estarem adequados às características do conjunto de participantes/assistidos e ao respectivo Regulamento, conforme legislação previdenciária aplicável.

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

Apresentamos a seguir as Hipóteses e Premissas Atuariais utilizadas nesta Avaliação Atuarial, comparativamente a aquela realizada no exercício de 2014:

Base de dados cadastrais foi coletada em	nov/15	nov/14
Natureza dos benefícios	Previdenciária	Previdenciária
Responsabilidade pelo financiamento do plano	Patrocinador, Participantes e Assistidos	Patrocinador, Participantes e Assistidos

Hipóteses e premissas atuariais	31/12/2015	31/12/2014
Elegibilidade	Primeira idade	Primeira Elegibilidade
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de financiamento	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado

Composição familiar		
Ativos	Hx (EXP. POUPEX 2015)	Mulher 3 anos mais nova que o marido
Aposentados	Cadastro individual	Cadastro individual

Crescimento real de salários	3,71%	4,58%
Taxa de rotatividade	GAMA - ROT	GAMA - ROT
Taxa real anual de juros	7,22%	6,22%
Taxa de inflação projetada*	6,94%	5,00%
Taxa anual de juros	14,66%	11,53%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	14,66%	11,53%
Tábua de entrada em invalidez	MÜLLER	MÜLLER
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 M (Agravada em 100%)	AT-49 M (Agravada em 100%)
Tábua de mortalidade geral	RP-2000 M&F	RP-2000 M&F
Índice de atualização	INPC	INPC

Principais hipóteses atuariais	31/12/2015	31/12/2014
Crescimento real de salários	3,71%	9,81%
Taxa real anual de juros	7,22%	11,53%
Tábua de mortalidade geral	RP-2000 M&F	RP-2000 M&F

d. Demonstrativo técnico de resultado

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 33 (R1), o Plano Misto de Benefícios POUPEX está segregado em Benefício Definido - BD e Contribuição Definida – CD, conforme a seguir apresentado:

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações Atuariais	(29.960)	(144.837)	(174.797)
Ativo justo	58.306	144.837	203.143
(Déficit) / Superávit	28.346	-	28.346

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições Normais	1.753	5.440	7.193
Contribuições Administrativas	36	111	147
Contribuições Extraordinárias	-	-	-
Totais	1.789	5.551	7.340

d.1 Conciliação dos ativos do plano

	31/12/2015	31/12/2014
Valor do ativo justo no início do período	57.304	51.524
Receita de juros dos ativos	4.207	2.737
Contribuições do patrocinador	1.752	1.076
Benefícios pagos	(959)	(685)
Ganhos/(Perdas) sobre o ativo justo	(3.998)	(11.123)
Valor do ativo justo no final do período	58.306	43.529

d.2 Conciliação do valor presente da obrigação em BD

	31/12/2015	31/12/2014
Valor da obrigação atuarial no início do período	(34.863)	(25.406)
Custo de juros líquido	(2.643)	(896)
Custo do serviço corrente líquido	(1.967)	(1.379)
Benefícios pagos	959	685
Ganhos / (perdas) sobre a obrigação atuarial	8.553	1.368
- Ganhos / (perdas) decorrentes da experiência	3.894	(594)
- Ganhos / (perdas) decorrentes de mudanças biométricas	-	1.562
- Ganhos / (perdas) decorrentes de mudança financeira	4.659	400
Valor da obrigação atuarial no final do período	(29.960)	(25.628)

d.3 Conciliação do efeito do teto do ativo (asset ceiling)

	31/12/2015	31/12/2014
Valor do Efeito do Teto do Ativo no início do período	(22.441)	(26.118)
Receita de Juros sobre o Teto do Ativo	(1.565)	(1.841)
Ganhos / (Perdas) sobre o Teto do Ativo	(4.340)	10.058
Valor do Efeito do Teto do Ativo no final do período	(28.346)	(17.901)

d.4 Reconhecimento na DRE da patrocinadora

	31/12/2015	31/12/2014
Custo do serviço corrente líquido	(1.967)	(1.379)
- Custo do serviço corrente líquido	(1.967)	(1.379)
Custo de juros líquido	-	-
- Custo de juros da obrigação	(2.643)	(896)
- Receita de juros dos ativos	4.207	2.737
- Juros sobre o teto do ativo	(1.564)	(1.841)
Total a ser reconhecido	(1.967)	(1.379)

d.5 Reconhecimento em outros resultados abrangentes

	31/12/2015	31/12/2014
Ganhos / (perdas) sobre o ativo justo	(3.998)	(11.122)
Ganhos / (perdas) sobre a obrigação atuarial	8.553	1.367
- Ganhos / (perdas) decorrentes da experiência	3.894	(595)
- Ganhos / (perdas) decorrentes de mudanças biométricas	-	1.562
- Ganhos / (perdas) decorrentes de mudança financeira	4.659	400
Ganhos / (perdas) sobre o teto do ativo	(4.340)	10.058
Total a ser reconhecido	215	303

d.6 Reconhecimento no balanço da patrocinadora

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo justo do plano	58.306	43.529
Valor presente da obrigação de benefício definido	(29.960)	(25.628)
Superávit / (Déficit) do plano	28.346	17.901
Efeito do teto do ativo	(28.346)	(17.901)
Status da obrigação de benefício definido	-	-
Resumos dos lançamentos	31/12/2015	31/12/2014
Passivo / Ativo reconhecido no início do período	-	-
Despesa do período (DRE)	(1.967)	(1.379)
Outros resultados abrangentes (ORA)	214	(303)
Contribuições do patrocinador (CAIXA)	1.753	1.077
Passivo / Ativo reconhecido no início do período	-	-

d.7 Apuração do ativo justo do plano

	31/12/2015	31/12/2014
Realizável	3.439	2.533
Títulos públicos	84.357	42.869
Créditos privados e depósitos	41.972	57.525
Fundos de investimentos	69.815	76.069
Empréstimos	18.814	17.154
Exigível operacional	(2.437)	(2.787)
Fundo previdencial	(11.612)	-
Fundo administrativo	(3.439)	(2.533)
Fundo de investimentos	(2.063)	(1.898)
Ajuste para mercado (06/15)	4.297	-
Ativo justo total	203.143	188.932
Parte-BD	58.306	43.529
Parte-CD	144.837	145.403

d.8 Categorias de investimentos dos ativos

	31/12/2015	31/12/2014
Realizável	1,57%	1,29%
Títulos públicos	38,63%	21,86%
Crédito privados e depósitos	19,22%	29,33%
Fundos de investimentos	31,97%	38,78%
Empréstimos	8,61%	8,75%

d.9 Política de investimento dos ativos

A POUPEX (Entidade administradora do Plano de Benefícios) aplica os recursos financeiros do Plano Misto de Benefícios POUPEX em conformidade com a Política de Investimentos para o quinquênio 2016-2020, com revisão anual.

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos buscam garantir a segurança, solvência, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos patrimoniais e passivo do Plano, bem como evitar exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos do Plano de Benefícios.

A Política de Investimentos segue os ditames da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, tendo como *benchmarks* o indexador do Plano INPC acrescido de 4,50% ao ano, referente aos juros reais do Plano de Benefícios. Por fim, a Política de Investimentos analisou todos os riscos e adotou as melhores práticas na gestão dos recursos financeiros do Plano.

d.10 Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua Biométrica		Crescimento Salarial		Taxa de Juros		Posição de
	+ 1 Idade	- 1 Idade	0,25%	-0,25%	0,25%	-0,25%	31/12/2015
Montantes do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	(30.052)	(29.903)	(30.215)	(29.713)	(29.286)	(30.662)	(29.960)
Valor justo dos ativos do plano	58.306	58.306	58.306	58.306	58.306	58.306	58.306
Superávit / (Déficit) técnico do plano	28.254	28.403	28.091	28.593	29.020	27.644	28.346

As análises de sensibilidade acima são baseadas em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos, o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período) foi aplicado como no cálculo das responsabilidades com o plano reconhecido nesta demonstração de posição financeira do final do período.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observada alteração nos parâmetros de taxa de desconto de 14,66% (12/2015).

d.11 Fluxo atuarial projetado de pagamentos

Considerando os valores dos benefícios esperados a serem pagos sem descontar a valor presente:

Valores esperados	Posição em 31/12/2015
Até 1 ano:	2.006
De 1 ano a 2 anos:	2.302
De 2 anos a 5 anos:	8.467
Acima de 5 anos:	121.022
Total dos pagamentos esperados pelo Plano a valores atuais:	133.797

Considerando o fluxo de pagamento dos benefícios da parte BD, apurou-se uma *Duration* para o Plano de Benefícios de 13,58 anos (pontos).

20 Gerenciamento de Riscos e Capital Regulatório

a. Processo de Gestão de Riscos

Integrante do Sistema Financeiro Nacional – SFN e do Sistema Financeiro Habitacional – SFH, a Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX tem atuado ao longo do tempo de forma alinhada às práticas de mercado no gerenciamento dos riscos, contando com a estrutura da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI, subordinada diretamente ao Vice-Presidente – VIPRE, que atua com independência em relação às Unidades Técnicas Administrativas – UTA e à Auditoria Interna – AUDIT.

A POUPEX conta com equipe de analistas que trata dos riscos operacionais e financeiros (Crédito, Mercado e Liquidez), exercendo suas atividades com o objetivo de certificar-se das medidas efetivas de gestão, mensuração e controle realizadas na Instituição.

As UTAs valem-se de procedimentos que permitem a mitigação dos riscos em suas áreas de atuação, disponibilizando informações para proporcionar o acompanhamento das operações sob o aspecto de riscos.

A Administração Superior é encarregada pela definição dos níveis de riscos aceitáveis pela Instituição, além de garantir instrumentos adequados à estrutura de gestão de risco para mensurá-los, avaliá-los e controlá-los, sendo o Vice-Presidente o Diretor responsável pelo gerenciamento dos Riscos de Mercado, de Crédito, Operacional e Gerenciamento de Capital.

A POUPEX formaliza suas diretrizes em políticas e instruções normativas que são documentadas e divulgadas para toda a Instituição, sendo continuamente revisadas e aperfeiçoadas. As relacionadas à gestão de riscos são disponibilizadas na intranet com a finalidade de disseminar a cultura de gerenciamento e a transparência de suas atividades. De igual modo, após a apreciação da Diretoria e aprovação pelo Conselho de Administração, os Relatórios de Riscos são publicados na Internet.

Maiores informações acerca do processo de gestão de riscos na POUPEX estão disponíveis no sítio da Instituição, conforme endereço a seguir: <http://www.poupe.com.br/mostraPagina.asp?codServico=156>.

b. Risco de Crédito

De acordo com a Resolução CMN nº. 3.721, de 30 de abril de 2009, o Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Tendo como base a missão e os valores da Instituição, a gestão de risco de crédito estabelece os critérios para o gerenciamento desse tipo de risco, possibilitando o monitoramento das principais operações conduzidas pela POUPEX, a fim de disponibilizar à Administração Superior informações que subsidiem a tomada de decisão.

O gerenciamento do Risco de Crédito abrange tanto a carteira de Financiamento Imobiliário quanto a de Aplicações Financeiras, sendo compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a esse tipo de risco.

A Instituição avalia e monitora, regularmente, a classificação do risco da contraparte, aplicando metodologias compatíveis de mensuração de níveis de exposição ao risco, sendo divulgado, no mínimo, anualmente.

Para o crédito imobiliário, com base na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, verifica-se o acompanhamento do movimento da carteira em relação, principalmente, aos níveis de riscos e suas provisões, além disso, utiliza-se, também, a metodologia estatística para estimar perda esperada da carteira de financiamento imobiliário.

Já para a carteira de aplicações financeiras faz-se o acompanhamento da exposição total alocado por nível de risco de contraparte, o qual é estipulado por normativos internos.

A Política de Gerenciamento do Risco de Crédito e os demais normativos internos, alinhados aos princípios da Resolução CMN nº. 3.721, de 30 de abril de 2009, formalizam o processo de monitoramento e estabelece responsabilidades, diretrizes, processos e procedimentos relacionados à gestão de risco de crédito.

c. Risco de Mercado

A Gestão de Risco de Mercado consiste em administrar os riscos decorrentes das flutuações dos valores de mercado de posições mantidas pela Instituição. Para a POUPEX, as oscilações podem ser resultantes das variações das taxas de juros e dos índices de preços.

As atividades de mensuração, monitoramento e controle das exposições são realizadas pela CORCI, que tem a responsabilidade de submeter a revisões periódicas os processos de gestão e controle de Risco de Mercado, a fim de mantê-lo alinhado ao mercado e aderente ao processo de melhoria contínua.

O Vice-Presidente é o Diretor responsável pelas atividades de gestão de Risco de Mercado da POUPEX.

O gerenciamento desse risco abrange tanto a carteira disponível para negociação quanto as demais posições, sendo compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição correspondente.

O procedimento de gerenciamento dos Riscos de Mercado encontra-se em consonância com os regulamentos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – BACEN e as normas internas da Instituição.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez define as diretrizes e estratégias aplicáveis no monitoramento dos processos internos da POUPEX, com o propósito de garantir a adequada administração dos riscos.

Os Fatores de Risco – FR das operações mantidas pela Instituição são sujeitas às variações das taxas prefixadas referenciadas em TR, CDI, SELIC, IPC-A e IGP-M, além de juros prefixados, que são calculados de acordo com o estabelecido pelo BACEN. Assim, os principais Riscos de Mercado assumidos concentram-se em renda fixa.

O controle do risco de mercado é realizado com base na segregação por FR das operações mantidas pela Instituição. As técnicas de gerenciamento e mensuração de riscos variam conforme a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação.

Para apuração do risco da carteira de negociação são utilizadas as metodologias definidas pelo Órgão Regulador. Todavia para a carteira não disponível para negociação utiliza-se o Fluxo de Caixa Descontado, mas os testes de estresse são os estipulados pelo BACEN.

Devido à característica conservadora de administração de recursos, a POUPEX não opera com ativos de maior risco, mantendo a exposição ao risco de mercado reduzido.

d. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não honrar eficientemente suas obrigações, esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A POUPEX detém baixo risco de liquidez por causa do elevado montante aplicado em operações com disponibilidade imediata, e mesmo no caso de uma crise de liquidez, possui plano de contingência com procedimentos específicos para fazer frente à situação.

O processo de gerenciamento do Risco de Liquidez é realizado com base no comportamento do fluxo de caixa e no monitoramento do resultado de sua disponibilidade, além da realização periódica de testes de estresses.

O Plano de Contingência, as Normas e Políticas referentes ao Risco de Liquidez são submetidos a revisões periódicas.

O Diretor de Administração Financeira é o responsável pelas atividades de gestão de Risco de Liquidez da POUPEX.

e. Risco Operacional

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Este conceito inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Os princípios básicos adotados pela Instituição e aprovados pela Administração Superior, na gestão e controle do risco operacional, foram estabelecidos em conformidade com a Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do CMN.

A Instituição dispõe de estrutura e políticas que visam, entre outros objetivos, o mapeamento dos processos operacionais e sistêmicos, o mapeamento de controles existentes e análise dos riscos inerentes, a análise, comunicação e implantação de planos de ação para melhoria de processos e controles para mitigação dos riscos incorridos, e o cálculo de capital alocado para risco operacional a partir de metodologias estruturadas, baseadas nas práticas de mercado e adequadas às exigências regulatórias, além de avaliação e monitoramento por indicadores.

O gerenciamento de Risco Operacional conta com o suporte da Governança, está vinculado ao Sistema de Controles Internos – SCI e possui papéis e responsabilidades bem definidos, de forma a confirmar a segregação entre as atividades de negócio, gestão e controle, o que assegura a independência entre as áreas e, conseqüentemente, contribui para que se encontrem decisões equilibradas em relação aos riscos dessa natureza.

O gerenciamento é caracterizado pela descentralização das ações que são executadas pelas áreas de negócio e pelo monitoramento centralizado conduzido pela Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI.

A Instituição tem estabelecido uma Diretriz Geral da Presidência, em que detalha aspectos a serem observados pelo corpo funcional e pela Governança, havendo um Código de Conduta que prevê a atuação de um Comitê de Ética, em que são delineados os limites de comportamento no ambiente interno.

Entre os eventos de risco operacional, reconhecem-se aqueles relacionados no § 2º do art. 2º da Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do CMN, além de outras categorias que eventualmente mereçam enquadramento diferenciado.

A atuação da estrutura de gerenciamento de Risco Operacional permite a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle, com abordagem em relatório com periodicidade mínima anual. Essa estrutura dissemina a Política de Gerenciamento de Risco Operacional ao pessoal da Instituição, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados.

Há integração do Gerenciamento do Risco Operacional com o monitoramento conduzido pelo Sistema de Controles Internos, inclusive na formulação do relatório anual indicado em legislação.

f. Capital Regulatório

A apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) é elaborada com base nas demonstrações contábeis, observadas a Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013 e a Circular BACEN nº 3.726, de 06 de novembro de 2014. Essas informações são produzidas e encaminhadas ao Órgão Fiscalizador por meio dos Documentos 2061 e 2071.

O RWA consiste no patrimônio exigido das instituições, decorrente da exposição aos riscos inerentes às atividades desenvolvidas. Seu cálculo, baseado na nova regulamentação em vigor, alcança os registros nas contas ativas, passivas e de compensação.

Atualmente são definidos pela Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013, do CMN, e regulamentações posteriores, e são calculados a partir da soma das parcelas de patrimônio exigido para a cobertura das exposições aos diversos riscos.

A POUPEX adotou a Abordagem do Indicador Básico, conforme mensagem eletrônica nº 108048383, transmitida por meio do SISBACEN, em 26 de maio de 2008, como metodologia para a apuração da parcela dos ativos ponderados pelo risco, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAOPAD).

A seguir apresenta-se o cálculo do Patrimônio de Referência da POUPEX:

Patrimônio de Referência (PR)	31/12/2015	31/12/2014
Base de Cálculo	Exposição	Exposição
Patrimônio de Referência Nível I	778.059	652.413
Capital Principal (CP)	778.059	652.413
Reserva de Resultados	779.377	653.383
Ajuste a Valor de Mercado*	(1.318)	(970)
Sobras ou Resultados acumulados	-	-
Contas de Resultado Credoras	-	-
Contas de Resultado Devedoras	-	-

Capital Complementar (CC)	-	-
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
TOTAL DO PR = Nível I (+/-) Nível II	778.059	652.413

*Somatório dos saldos das contas do Patrimônio Líquido representativas dos ganhos não realizados decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial. O saldo será zero se houver perdas não realizadas. BN: alínea “c”, inc. I do art. 4º da Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013.

Índice de Basileia:

A partir de outubro de 2013, passou a vigorar no Brasil o conjunto normativo que implementou as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, conhecidas por Basileia III, relativas à estrutura de capital das instituições financeiras. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Com isso, a partir de janeiro de 2014, alguns itens referentes aos ajustes prudenciais puderam ser deduzidos do Patrimônio de Referência.

No Brasil, o Índice de Basileia é determinado pelo BACEN, que recomenda a relação mínima de 11% entre o Patrimônio de Referência - PR e os Ativos Ponderados por Risco - RWA. Este índice é válido até dezembro de 2015, quando será escalonado de forma regressiva até o ano de 2019, alcançando o patamar de 8%, conforme a Resolução CMN nº 4.193, de 1º de março de 2013, igualando-se ao índice internacional. De acordo com a Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013 e a Circular BACEN nº 3.678, de 31 de outubro de 2013, o Índice de Basileia da Instituição é apresentado conforme a seguir:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
	Exposição	Exposição
Índice de Basileia – IB	19,86	17,50
Índice de Capital Principal – ICP	19,86	17,50
Índice de Nível I - INI*	19,86	17,50
Índice de Imobilização	6,59	5,35

A diminuição no Índice de Basileia em relação ao publicado em 31 de dezembro de 2014, deve-se às mudanças introduzidas pelo BACEN. Com a edição dos normativos - Carta Circular nº 3.663, de 27 de junho de 2014, e Carta Circular nº 3.681, de 24 de novembro de 2014, houve um reenquadramento dos fatores de ponderação de exposições, aumentando os percentuais dos FPR utilizados no cálculo da parcela referente às exposições ponderadas por fator de risco de crédito. Desta forma, o valor apurado para exposições a risco de crédito da Instituição aumentou consideravelmente em relação ao ano de 2014, influenciando na diminuição do Índice de Basileia.

O cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) foi alterado, em face do estipulado na Circular nº 3.644, de 04 de março de 2013 e Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013 – BACEN que modificou o RWAOPAD. Antes era apurado semestralmente considerando os últimos três períodos anuais, e agora se utiliza apenas um período anual. Como consequência, ocorreu uma elevação de 37,35% no valor das exposições ao risco operacional, acentuando ainda mais a queda no Índice de Basileia da Instituição.

Ricardo José Andrade Leite Viana
Diretor de Administração Financeira

José de Castro Neves Soares
Diretor de Crédito Imobiliário

Josiane Rodrigues Neiva
Contadora CRC-DF 009.841/0-7